

Cultura letrada e ideologia dos discursos: por uma filosofia bakhtiniana nos produtos livroclip e audiolivro¹

Raquel TIMPONI²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

Resumo: O presente artigo pretende relativizar a hierarquia do discurso elitista do governo nas ações de incentivo à leitura e cultura letrada, com o objetivo de debater que tipo de conhecimento se quer produzir. Para isso, primeiro retoma teorias dos campos da historiografia do livro, sociologia, filosofia, narrativa e linguagem, para contextualizar a complexidade presente no ato de leitura, assim como demarcar posturas de poder implícitas nas mensagens. Num segundo momento, aplica a perspectiva bakhtiniana da polifonia/dialogismo e teorias anteriores na análise metodológica de dois produtos alternativos híbridos do livro: o audiolivro e o livroclip. Todavia, ainda nesses produtos percebe-se certa hierarquia e preconceito naturalizado na forma estética de exposição.

Palavras-chave: Cultura letrada; ideologia; leitura; tradição; conhecimento.

1. Introdução

A ideia desse artigo partiu da hipótese de uma tese baseada na avaliação do cenário contemporâneo de possibilidades de um conceito de leitura ampliada³, assim como suas implicações culturais. Em especial, destacam-se as atividades do cotidiano de leitura fragmentar no mundo de crianças e jovens, e que podem ser utilizadas em práticas educativas, pela dificuldade do estímulo do hábito de leitura. Há um desafio de se pensar os modos de leitura e escritura da contemporaneidade que parecem ter se ampliado na cultura digital e agora envolvem formas audiovisuais e sonoras, constituindo produtos híbridos nas práticas do cotidiano.

A aposta inicial da tese era a de que produtos como o *livroclip* e o *audiolivro* poderiam servir como auxílio à formação e incentivo às práticas de leitura do livro, de forma a contribuir para a construção do conhecimento. Porém, com o passar da pesquisa, observou-se que essa postura prévia pressupunha um olhar elitista, tradicionalmente construído e reproduzido em frases comuns de projetos do governo⁴ de incentivo à leitura.

¹ Artigo apresentado ao GT Produção Editorial, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda e bolsista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social ECO/ UFRJ, Mídias e Mediações Socioculturais. Pesquisadora dos grupos de pesquisa: “Comunicação, Entretenimento e Cognição” (UERJ) e “Livro e Cultura Letrada” (UERJ). Email: raquel.timponi@gmail.com.

³ Por leitura, escrituras e textualidade, entende-se a mesma significação do conceito de McKenzie (2004). Para o autor da sociologia do texto, o termo significa: “Eu defino ‘textos’ de modo a incluir informação verbal, visual, oral e numérica, na forma de mapas, impressos e música, de arquivos de som gravado, de filmes, vídeos e qualquer informação guardada em computador, tudo, de fato, da epigrafia até as últimas formas de discografia” (McKENZIE, 2004, p. 13).

⁴ Vide ProLer, Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), Viva Leitura, Retratos da leitura no Brasil.

Por detrás das leituras impressas que legitimam o conhecimento, que são constantes preocupações do governo, há que se questionar: que leituras se quer estimular? Qual a relação entre a leitura e o conhecimento? Só se pode adquirir conhecimento por livros impressos densos, de capa dura, leitura em bibliotecas escuras e em silêncio ou também por práticas alternativas, lúdicas e advindas de baixo para cima (fora de uma hierarquia)? E mais: qual o modelo de conhecimento desejado? E por que ele é desejável?

Esses questionamentos objetivam situar não só as formas ideológicas presentes num argumento do discurso e da linguagem como um todo, mas também analisar até que ponto os produtos propostos de análise – inicialmente pensados como formas descentralizadas de poder para a propagação da informação e despertar o interesse de conteúdos de obras literárias – são isentos de visão de mundo e de uma hierarquia em suas formas de produção e consumo.

Para explicar a imagem que a classe alta quer passar de que a cultura letrada e impressa é a forma legítima de obter conhecimento, numa postura de julgamento das formas alternativas ou advindas de meios vistos como inferiores, como o áudio em relação à imagem (audiolivro, no caso) ou formas de audiovisual (livroclip) em relação ao impresso, esse artigo pretende retornar à fundamentação teórica de autores que avaliam as questões de poder e domínio presentes no contexto de um discurso e leitura.

A ideia de contexto e ideologia do discurso e mensagem será abordada pelos seguintes campos: história da leitura (como Robert Darnton, Roger Chartier, Peter Burke), da linguagem (como Roland Barthes, Mikhail Bakhtin), com destaque para Mikhail Bakhtin que dá fundamentos aos objetos de pesquisa do artigo.

Todavia, não necessariamente isso queira dizer que os livros impressos não devam ser fonte de acesso à informação e ao saber, ou que não se deva gostar de livros impressos. Roland Barthes (2004) já defendia a importância da fruição dos textos, mesmo os livros de conteúdo densos.

Referências a estudos, críticas, resenhas partem dessa fruição intelectual, num desafio proposto pelo autor e enfrentado pelo leitor, vencido pelo entendimento, pelo prazer do domínio de uma temática difícil e do tema de referências externas, citações a outros autores e intelectualidade para sustentar um argumento complexo, que não teria o mesmo efeito se fosse realizado pela oralidade, na elaboração dos discursos. Há assim que salientar a importância dos textos acadêmicos, filosóficos, de raciocínio lógico e retórico que trabalhem a origem das palavras, dos conceitos, numa reflexão mais profunda. Essa leitura

de fruição também nasce de um trabalho de conquista do conhecimento por parte do leitor. Portanto, não se quer desvalorizar a forma de fruição, o que é uma sensação diferente da leitura por prazer, como descreve Barthes (2004).

Porém o questionamento ocorre na seguinte ordem: a única maneira de aprendizado advém da cultura letrada? Não é possível obter conhecimento por outras formas que englobem o lúdico, o entretenimento, filmes, seriados? E por que não mesmo dentro da cultura letrada, nos produtos vistos como populares, como os *best sellers* da atualidade?

Assim, esse artigo tem o sentido de atentar para um valor estético e cultural não só limitado à alta cultura, mas também aberto aos produtos normalmente desvalorizados, vistos como de fora da cultura legitimada, como os filmes hollywoodianos, vídeos e conteúdos de fácil acesso aos jovens pela indústria do entretenimento (videogames, animações, seriados) e os atuais produtos populares da indústria editorial (*best sellers*, livros de adolescentes de ação e aventura, a exemplo de “Harry Potter”, “As crônicas de Nárnia” e “O Senhor dos Anéis”, ou biografias e tramas norte-americanas sucessos de venda).

Meios tradicionalmente vistos como mídias massivas, que não contribuem para o aprofundamento intelectual (como apregoa a Escola de Frankfurt), agora emergem com uma complexidade das formas narrativas de mídias híbridas e como alternativas para o auxílio ao aprendizado, provocando um tensionamento com a tradição letrada e o legado iluminista e enciclopedista do saber, construída historicamente em práticas do passado e reproduzida em falas cotidianas.

Dessa forma, o assunto interessa pelo preconceito implícito no posicionamento do governo com seus inúmeros programas de incentivo à leitura, assim como o objetivo do acesso ao conhecimento da cultura letrada. Há um preconceito nessa frase elitista. O artigo se justifica por perceber o que está por trás dessas relações, para além da pedagogia da leitura culturalmente válida, legítima e letrada.

2. Formas ideológicas na visão de mundo

A reprodução de pensamentos, como o de que o livro impresso é a maneira legítima de se adquirir conhecimento e cultura letrada, reflete uma ideologia e visão de mundo, amalgamadas em pensamentos construídos ao longo do tempo e reproduzidos nas falas do cotidiano, com o objetivo de beneficiar as instâncias do poder. Essas falas e frases constantes no pensamento do dia a dia se devem a um modelo de conhecimento,

previamente construído na história, que, na verdade, é explicado por uma cultura enciclopédica iluminista.

Diversos foram os autores da história preocupados em abordar a complexidade que ocorre nos sistemas culturais, pelos contextos e seus entrecruzamentos de cada situação e variantes do meio. Nesse trabalho, será dado destaque ao processo histórico de formação do sistema da cultura letrada, hoje legitimado como valor, distintivo de classe e gosto cultural, assim como serão consideradas suas relações de vozes e sistemas externos.

Um dos autores que aborda o entendimento da leitura como meio de distinção social e maneira legítima de acesso a uma cultura letrada, advinda de um pensamento de uma época histórica em que valiam os saberes da cultura enciclopédica iluminista, é Robert Darnton. Segundo relata Darnton (2001), após a censura e queima de arquivos ditos não apropriados pela Igreja e a perseguição de livros filosóficos, na França a enciclopédia torna-se um meio de produção coletiva de um grupo de pessoas letradas, com a ambição de dar voz à filosofia das luzes e cobrir todos os campos do saber, o que substituiu o pensamento anterior na história em que a ordenação teológica estava em primeiro lugar. Paralelamente, o povo não era o público leitor das enciclopédias. O historiador esclarece que os leitores pertenciam à aristocracia esclarecida, à tradição do Antigo Regime. Assim, a cultura enciclopédica impôs ideias e simbolizava o saber, no sonho enciclopédico da união dos conhecimentos, o que contribuiu para a erudição, mas também fez prevalecer discursos que colocam a ciência e a literatura como símbolos da erudição, olhar frequentemente reproduzido nos programas do governo de educação ou em debates sobre o letramento.

Entretanto, fora o universo dos letrados (iluminados), Darnton, ao avaliar as maneiras de pensar na França do século XVIII (1996, p. 18), procura mostrar como se pensava e interpretava o mundo pelas apropriações da leitura. Para o historiador, há uma distinção entre a história cultural e a história das ideias. Esta se preocupa com o pensamento que foi sistematizado e formalizado, ao passo que aquela aborda como as pessoas dos segmentos subalternos entendiam o mundo.

Assim, o pensamento sistematizado, que é considerado como um gosto cultural letrado, na verdade, reflete um etnocentrismo cultural, que separa a cultura popular da letrada, nas relações de dominação que organizam o mundo social.

Roger Chartier, por sua vez, se questiona “por que a cultura popular é vista como dependente e carente em relação à cultura dos dominantes, sem legitimidade?” (Chartier, 1997, p. 179). Pretende-se adotar uma postura semelhante a esse pesquisador, uma vez que

ele defende que, no processo de escritura do discurso, o autor pode usar as duas culturas sem que estas sejam conflitantes, pois há espaço para diversas vozes, o que difere da relação das formas impostas, aculturantes dos segmentos outros da sociedade, vistos como subalternos. Ao mesmo tempo em que os modelos culturais e sistemas atuam nos comportamentos, nos hábitos e crenças, existem modos de uso do discurso pelas apropriações que fazem com que os sentidos não sejam hegemônicos e ampliem a produção dos sentidos por reinterpretações e instaurações de sentido próprio. (Idem, p. 185).

No livro “A história cultural: entre práticas e representações”, Chartier avalia mais profundamente essa problemática do erro da separação radical entre produção (cultura erudita) e consumo (cultura popular), que não levam em consideração as apropriações. O "consumo" cultural constitui representações que nunca são idênticas às que o produtor (intelectual), o autor (erudito) ou artista, impôs na sua obra. De outra maneira: “ler, olhar, escutar são, efetivamente, exercícios intelectuais que, em vez de moldar linearmente o consumidor (popular) à mensagem ideológica (erudita), permitem uma aproximação, reaproximação, distanciamento ou, simplesmente, resistência” (CHARTIER, 1989, p. 59-60). Essa constatação leva o historiador a repensar a relação entre um público designado como popular e os produtos intelectuais (livros e imagens, discursos, canções e, mais recentemente, emissões radiofônicas, televisivas e eletrônicas) propostos para o seu consumo.

Peter Burke, em “Cultura popular na Idade Moderna”, também acredita que o termo popular seja problemático, uma vez que apresenta interseções com a cultura classificada como erudita e letrada, segundo preceitos do catolicismo institucional da Igreja nesse período. Mas, para Burke, a divisão é aparente, já que a literatura "popular" alimentou as leituras (ou escritas) da sociedade camponesa ou de um público intermediário, situado entre o povo analfabeto e uma minoria de letrados (BURKE, 1989, p.95-99), numa fronteira vaga entre as culturas, além de se considerar a riqueza nas culturas populares. .

No livro “Variedades de história cultural”, em capítulo para investigar a cultura popular e erudita na Itália do Renascimento, Burke explica que, se de um lado, há a transmissão das formas e ideias das elites para o povo, num movimento "de cima para baixo", de outro lado, ocorre um movimento de "baixo para cima", em que "pintores e escritores italianos recorreram à herança popular (BURKE, 2000, p.180). Assim, para além da divisão, para Burke faz mais sentido pensar em um conjunto de diferentes recursos, numa permuta entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole,

como campo de mudança, produção longe da tradição. Esse conjunto de elementos conflitivos, somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um "sistema" (Ibidem).

Analogamente, diferente de enxergar os livros impressos e a cultura letrada como a única forma legítima de se adquirir conhecimento e fonte de valor de leitura, para além dessa hegemonia, pretende-se dar espaço às formas carnavalescas, paródicas, audiovisuais e da cultura da oralidade, advindas da classe popular, da polifonia das vozes e do dialogismo, além de se considerar a subjetividade das partes de um discurso presentes numa obra estética que funcionam de acordo com a experiência e vivências pessoais em uma luta contra o poder. Não devem ser elas igualmente valorizadas?

Autores do campo da sociologia e filosofia como, Norman Fairclough (2001), Pierre Bourdieu(1989) e Foucault (2004) também debatem a questão do pensamento político e social presente por trás de um texto, nas práticas discursivas e na prática social. Como são diversas as possibilidades de leituras, distribuídas em diferentes camadas de conhecimento, os gestos codificados auxiliam na compreensão do mundo, pela língua, identidade, experiência, história, memória, escritas. Ou seja, estão a serviço da cultura letrada e funcionam como mapas do sistema de representação (seus signos e significados são organizados para estabilizar temporariamente as significações de maneira particular, dentro de uma cultura elitista superior, pertencente à cultura letrada).

Norman Fairclough (2001) acredita que os modos de ação sobre o mundo são representados no texto, moldados pela estrutura e práticas sociais, através de convenções e normas por classe, pelas relações sociais, dependendo do ambiente institucional ou do sistema de conhecimento e crenças. Igualmente aos autores da área da história, ele acredita que por detrás das convenções e normas e códigos, bem como as práticas naturalizadas que o indivíduo segue, estejam presentes relações de poder e ideologias particulares sem que se perceba que se está inserido numa lógica de controle (Cf. FAIRCLOUGH, 2001, p. 94), tal como Foucault (2004) já explicitava em “A ordem do discurso”. Assim, é usual que não se perceba as regras ideológicas, políticas, sociais por meio de um discurso (Idem, p.96).

Michel Foucault (2004) aborda a construção do discurso pensado institucionalmente segundo interesses (disciplina, vigilância, religioso, científico, leis). Para o filósofo, a verdade e o poder estão mutuamente interligados, através de práticas contextualmente específicas de produção do discurso, reguladas, selecionadas, organizadas e redistribuídas.

Nesses meios os indivíduos vão apreendendo ideias e valores em nome de um discurso proferido como válido pelas famílias, pelas instituições (principalmente as escolares, como na cultura letrada) e ditam ao homem o papel que ele precisa desempenhar na sociedade. “É possível que o ato de escrever institucionalizado nos livros – no sistema de edição e no personagem do escritor - tenha um lugar na “sociedade do discurso” (FOUCAULT, 2004, p. 15).

O sociólogo Pierre Bourdieu (1989) também aborda o discurso por sua possibilidade da manipulação política, como por exemplo, no discurso das instituições, advindo de uma herança do funcionalismo, como o da Igreja, do Estado e da escola, sistemas que, através da linguagem, estabelecem o gosto cultural erudito, letrado, visando à manutenção do poder. Os símbolos (no caso analisado, o dos livros impressos como representantes tradicionais da cultura letrada) são instrumentos estruturados de conhecimento que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social e asseguram a dominação de uma classe sobre outra, a partir da imposição da legitimação já automatizada, o que contribui para a manutenção da ordem social, “domesticando” os dominados.

Em “A Distinção” (2011), Bourdieu também aborda o processo histórico com relação às mudanças de gosto e consumo cultural das classes, diferenciado entre o requintado, de nobreza, e o adquirido ao longo da vida, pela experiência e talento. Retomando Darnton, em seu retorno à história e incorporando as ideias sobre o gosto cultural e as classes, abordados por Bourdieu, na Idade Média ainda não existia uma distinção pelas preferências culturais, intelectuais. A distinção era de vassalagem, por nascimento em família nobre, títulos e ascendência de nobreza cultural adquiridos por herança (ducados, reinos) e o gosto cultural automaticamente apreendido pelo convívio das classes.

Posteriormente é que a distinção passa a ser por justa causa, por conquistas e merecimento, algo semelhante ao que Richard Sennet (2006) reproduz, ao avaliar a sociedade do capitalismo, na mudança das posições sociais de, anteriormente, posses, adquiridas por sucessão de sangue azul para, num segundo momento da sociedade moderna, a meritocracia, desenvolvida pelo bom gosto, educação e princípios culturais, esclarecimentos estes adquiridos pela classe a que pertence.

Autores do campo da narrativa e da literatura também são expressivos para explicar as forças sociais externas. Paul Ricoeur (1995) explica que os signos, regras e normas são espécies de “paradigmas recebidos [culturalmente] que estruturam as expectativas do leitor

e que o ajudam a reconhecer a regra formal [numa leitura], o gênero [do filme ou livro] ou tipo exemplificado pela história narrada (RICOEUR, 1995, p. 117). Porém para Ricouer, entre a voz do autor e do leitor, nos atos de leitura, ainda o leitor pode identificar na narrativa pontos de vista diferentes dos personagens, do narrador ou do discurso por trás da imagem do autor, numa percepção externa que depende de suas vivências e visão de mundo.

Mikhail Bakhtin, num projeto filosófico da linguagem, parece abordar relações similares à complexidade do processo narrativo de Paul Ricouer, no que se refere a uma rede intrincada de relações e entrecruzamentos sociais que atravessam as instâncias de escrituras e leituras. Os receptores e o contexto devem ser vistos em um eterno processo dialogal, em rede, e não podem ser analisados separadamente da produção da cultura letrada, o que compõe a filosofia do movimento de Bakhtin.

Em “Marxismo e filosofia da linguagem”, texto assinado por Volochinov, mas que algumas vertentes acreditam que tenha sido produzido por Bakhtin (1987), é abordada a ideologia presente na palavra, em sua complexidade, no sentido de que penetra as relações dos indivíduos. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos, tramas para as relações sociais - registram frases transitórias, íntimas, efêmeras (não como formas ideológicas acabadas e novas). Porém, simultaneamente aos pensamentos estanques (lentas acumulações de mudanças sociais, registros de frases), o que forma o elo entre a estrutura sócio-política e a ideologia é a interação verbal entre a matéria verbal e escrita, exteriorizada na palavra, no gesto, no ato e a interpretação e visão de mundo do sujeito receptor.

As relações dos indivíduos nos encontros da vida cotidiana entram em contato com a palavra. Assim, é importante avaliar psicologia do corpo social, isto é, o meio ambiente inicial dos atos de fala onde se acham submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta: as conversas de corredor e as trocas de opinião no teatro. Nas diferentes reuniões sociais, o modo de reação verbal modifica em face das realidades da vida e dos acontecimentos do dia-a-dia, a consciência auto-referente regula a fala social, (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 1987, p. 43).

Bakhtin acredita na linguagem verbal heterogênea e viva, que percorre diversos caminhos, e considera o *sujeito* e a *história* como elementos fundamentais para dar sentido e ação, algo que o Estruturalismo e a Linguística diferentemente suprimem. Como considera, a linguagem só existe na intersubjetividade, no contexto, e não é abstrata, está

em constante transformação e novos significados são dados às palavras, dependendo da situação e apropriações da língua.

Portanto, para Bakhtin, só faz sentido analisar o signo pela interação social entre indivíduos no meio, numa significação interindividual e em relação ao *outro*. Como a atividade mental e a palavra expressam em conjunto vida interior, emoção, pensamento e experiência, isso pode servir à arena do campo de lutas com as instâncias impostas, numa linguagem externa, de baixo para cima, e não por isso menos rica. O signo para Bakhtin é diferente do conceito de Saussure, não está preso aos códigos. Ao contrário, a linguagem está fora do texto, e os sujeitos têm um papel ativo no que se refere à disputa dos sentidos de um discurso. Assim, todo discurso depende do contexto da interação verbal (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 1987, p. 114-117).

É essa linguagem dos estudos do círculo bakhtiniano, em constante modificação que se pretende dar destaque. Bakhtin (1990), em “Questões da Literatura e Estética”, introduz o conceito de plurilinguismo como o “conjunto de linguagens diferentes que compõem o discurso pela organização, orquestração de formas variadas, possibilidades estilísticas que podem estar presente no discurso do autor, dos narradores, dos gêneros intercalados (misturados) e no discurso das personagens” (1990, p. 119). São elementos do texto que dividem uma mesma língua em uma pluralidade de línguas nacionais e sociais, com compreensões locais do que representa simbolicamente. Um exemplo é cada dialeto e papel de um personagem que atuam como pontos de vista específicos sobre o mundo.

Algo similar ocorre nas falas cotidianas em que, constantemente, o discurso é alterado, dependendo da intencionalidade da fala e do público a que se dirige (com omissões, versões diferentes, a partir de protocolos dentro de cada situação), recurso que o governo frequentemente realiza em seus programas de incentivo à leitura. Distintos modos de falar, como linguagem médica, jargão de advogados, o tom social, modificações estilísticas, vida social do discurso fora do atelier do artista (como nas praças, ruas, cidades, grupos sociais, gerações, história) são elementos que funcionam para além do estilo e do gênero de classificação harmônica, pelo que já foi determinado previamente.

Portanto, existe uma complexidade para além de determinações do que é letrado. Há uma luta permanente entre o velho e o novo a cada enunciado que pronunciamos. O velho são as significações que herdamos ao aprender a falar uma língua e ao longo de seu exercício social, como a naturalização do valor da cultura letrada. O novo, aquilo que cada situação de enunciação apresenta de novidade e de ato histórico original. Toda linguagem

só existe nesse complexo sistema de diálogos, que nunca se interrompe. Portanto, é mais interessante pensar que a palavra pode ser usada como arena, para deslocar o sentido original das classificações. E é justamente essa postura mais aberta e em diálogo que Bakhtin prioriza em seus estudos, para além da ideologia e tradição cultural: um discurso aberto composto de várias vozes que atuam como um espaço de lutas, produzindo novos sentidos, contra o automatismo da naturalização dos discursos tradicionais.

Essa postura pode ser captada pelas falas disformes, quebra de paradigmas, forças centrífugas, pelo uso de raízes da cultura popular, do grotesco, pelo espaço da paródia, pelo vocabulário popular e criatividade, que auxiliam na composição da variedade e riqueza da maneira de representação de algo mais próximo da realidade.

Ao mesmo tempo em que a linguagem pode servir como um campo de lutas, por outro lado, a falta de referências pessoais e de visão de mundo para a interpretação e entendimento da mensagem, assim como o conhecimento por maneiras de expressão de um grupo de pertença podem não ser captados e passarem despercebidos. A confirmação do discurso de uma classe, do que pensa tradicionalmente, por exemplo, também pode ser utilizada como fala de denúncia de um discurso elitista, pelo uso da voz de personagens reais para abordar o preconceito embutido nas falas

Portanto, para além da leitura normativa que funciona como distinção, ideologia e poder, é mais válido trabalhar a polifonia do texto no entrecruzamento dos sistemas a partir da vivência pessoal e *background* cultural do receptor que recolocam novas formas de ler.

3. Aplicação das teorias de Bakhtin: livroclip e audiolivro

A partir das análises teóricas da ideologia, contexto, polifonia e dialogismo, presentes nos processos de escritura e leitura, para além das formas tradicionais letradas e elitistas, faz-se necessária uma consideração sobre produtos híbridos que fazem parte da explosão de gêneros, estilos e formatos, principalmente se considerado o pressuposto dessa pesquisa. Os produtos servirão de auxílio às instituições formais de ensino como incentivo às práticas de leitura e acesso ao conhecimento.

Considerando leitura como um processo ampliado que envolve imagens, audiovisual e sonoridades, cabe analisar dois objetos produtos que relativizam a hierarquia do letramento: o livroclip e o audiolivro, segundo a teoria de Bakhtin. Após essas considerações sobre ideologia e polifonia dos discursos, o que muda nesses produtos em relação às instâncias tradicionais da cultura letrada e o que permanece maquiado nos

discursos de produções emergentes? De certa forma esses produtos relativizam a verdade única, estável, dos valores do mundo passados pela cultura impressa letrada?

Os livroclipes e os audiolivros surgem como formas de experimentação de escrituras abertas, em constante movimento e sem forma fixa, pois são marcados seja pela variedade na maneira de representação dos textos, discursos e obra dos artistas, pelas peculiaridades dos meios e dos conteúdos específicos do estilo de cada autor, como no caso do livroclip (na forma de apresentação final e na escolha do uso das vozes postas em diálogo), seja pelos recursos contextuais nas nuances da fala, e recursos sonoros, já que possui oralidade como princípio básico, como no audiolivro. Os dois produtos partem de produções para além dos métodos tradicionais de exposição das escrituras de conhecimento legitimado, pois são produtos diferentes dos livros impressos.

Esses modelos abertos, para além da classificação, em formas alternativas de expor o conteúdo, parecem apontar caminhos que trabalham com nuances da linguagem e frestas dos gêneros, próximos à polifonia de diversas vozes e ao plurilinguismo das formas de se fazer recombinar as linguagens e palavras em maior abertura para a criação, já que não há um modelo fixo.

Se no circuito de consumo observam-se novas formas de circulação e de processos de leitura em mídias híbridas, por jovens, através de leituras fragmentadas, práticas do cotidiano variadas, leitura em telas pequenas, aprendizado de informações via entretenimento, TV digital, jogos investigativos; então por que limitar o processo de produção às formas tradicionais, lineares, com linguagem empolada para um público que não atende a esses padrões de letramento? E mais: quais são essas práticas de leitura e novas formas de escritura também (polifônicas, que contam com outros veículos) e em que medida elas influenciam os sistemas culturais ou impulsionam uma reformulação ou transformação? E ainda estão esses veículos, mesmo fora dos padrões estéticos da cultura letrada, totalmente desprovidos de ideologia?

Os livroclipes – popularizados pelo site Canal do Livro, em 2006, produtos híbridos – misto de linguagem de trailer de livros, trilha sonora de filmes, fotografia, publicidade, videoarte, games e animação – presentes formas de apresentação de obras literárias brasileiras aos alunos de escolas, são também produtos pedagógicos para uso dos professores em sala de aula, que utilizam o discurso principal em letrados adaptados de trechos das obras originais selecionados e colocados em movimento na tela.

A tentativa é de se utilizar uma linguagem mais próxima ao universo dos jovens, assim como o uso de trilhas sonoras, e recurso de uso fragmentado de imagens, num tempo de videoclip. Porém, paralelamente, o tom professoral da narração digitada em legendas na tela e a apresentação de obras e estilos de autores pressupõem que o público receptor seja leigo no conteúdo da obra, além da função primordial de ser um material didático para uso em sala de aula.

É válido ponderar, que, mesmo que utilize recursos de atrativo aos jovens, como uma linguagem de filmes, trilha sonora, músicas de rock nacional, como nos livroclipes da coleção “Poetas Modernistas Paulistanos”, com animações e músicas pop de fundo; ainda assim é mantida uma postura hierárquica, pedagógica, de cima para baixo, de lugar de poder nessa forma de escritura, quando realizado para um objetivo do governo (como no caso, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de S. Paulo). Também que se considere o interesse de publicidade dos livros impressos. Os livroclipes utilizam a potencialidade e despreensão lúdica dos meios híbridos para realizar publicidade das obras (hoje diversas editoras fecharam contrato com o Canal do Livro e alguns músicos permitem que utilizem seus produtos em livroclipes sem cobrarem direito autoral, como fonte de divulgação publicitária dos seus produtos, que tem como público primeiro a utilização do material nas escolas).

Assim, nota-se que a postura didática do livroclip não deixa de ser hierárquica, pois é um produto que se destina aos professores para utilizarem em sala de aula para os alunos, numa linguagem pedagógica. No livroclip de Álvares de Azevedo, o autor da obra é mostrado como uma figura rebelde, para fazer com que fique mais pop e próximo do universo do jovem, e a apresentação de uma de suas obras é feita com uma música de fundo da banda da cantora Pitty, mas ainda assim parece com uma imagem forçada, traçada para se aproximar do universo jovem e se torna um pouco cansativa, pois são anexadas informações sobre a vida do autor durante o período de uma música completa. Em outras palavras, mesmo que a tentativa tenha sido a de utilizar a linguagem semelhante do videoclipe, bem aceita no universo dos jovens, a animação realizada em *flash* torna o vídeo infantil; e o tempo de duração para a apresentação tem uma extensão longa.

Já o audiolivro é um misto de leitura em voz alta de um texto impresso, com representação e interpretação das vozes de personagens, como uma radionovela e de uso de recursos de sonoplastia do rádio e trilha sonora fílmica. É um produto já conhecido no

mercado dos EUA desde os anos 70 e que, no Brasil, começa a se popularizar agora, mas ainda é um produto que sofre preconceito.

O mercado de produtos de audiolivros mais expressivo no Brasil, fora o gênero dos livros infantis interpretados em áudio já consolidado há anos, são os gêneros dos *best sellers*, de autoajuda e dos audiolivros religiosos, que também correspondem ao crescimento do público leitor de livros impressos da última geração, como introdutores do hábito de leitura. Justamente esses nichos são os vistos pela cultura letrada como sem valor intelectual. Por isso, previamente o audiolivro pressupõe a imagem do outro, fora da tradição da maneira de se adquirir conhecimento cultural.

Por ser um produto essencialmente oral, mesmo nos programas de incentivo à leitura do governo, sempre é utilizado para atender a um público especial (os produtos fabricados em áudio são vistos como utilitários somente numa perspectiva inclusiva para os deficientes visuais, de leitura branca, sem interpretações). No Brasil não se fala desses produtos com o uso da potencialidade dos recursos sonoros, como algo legitimado pela cultura, porque, segundo revelam as pesquisas, não se capta tanto a informação oral quanto a escrita ou o pensamento desenvolvido numa leitura formal densa. Porém a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” revela que 53% da população ouvem música nas horas vagas, o que é um potencial para a criação do hábito de escuta de qualquer tipo de informação, sem contar com o público já habituado a escutar rádio.

Nessa mesma pesquisa, 54% das pessoas não lêem por falta de tempo. E no item para medir o entendimento dos conteúdos da leitura na cultura do brasileiro, 17% da população lêem muito devagar, 7% não compreendem o que lêem e 11% não têm paciência para a leitura, ou não têm concentração 7% (Cf. AMORIM, 2008, p. 13). Assim o audiolivro - como pode ser interpretado e fazer uso de entonações, pausas, modulações no tom de voz, uso de recursos de sonoplastia - pode ser um recurso de acesso facilitado à informação, e auxiliar a sanar a fragilidade da base escolar.

Pierre Bourdieu (1989) já atentava para importância da voz, ao falar de sua força elocucionária⁵, que pode ser utilizada em diferentes contextos culturais e sentidos de obras sonoras nos audiolivros. Também pode manipular significados pelo efeito pragmático da fala, pela entonação, pausa, modulação do tom da voz.

⁵ Linguagem de jargões de profissões - que legitima o médico e o advogado como especialistas - e a filosofia e literatura - vistas como símbolos de intelectuais -, recebidas na sociedade como formas legítimas do saber.

A possibilidade de carnavalizar personagens, dar um tom de humor pelos excessos, exageros e utilizar diversas vozes para compor os personagens de uma obra falada, faz com que o audiolivro tenha sua maior força na oralidade e interpretação dos textos em um cenário que propõe um cruzamento das ideias iniciais de diversos níveis.

Por outro lado, numa vertente oposta, os audiolivros também utilizam vários desses recursos como forma de controle social, de propagar ideologias e até mesmo interpretar, a seu favor, mensagens dos textos originalmente impressos, como no caso da Bíblia interpretada por Cid Moreira e que utiliza guias explicativos em cada seção que o ouvinte escutará.

Mas, ainda assim, as ideias de Bakhtin sobre o dialogismo, polifonia como um campo de lutas na linguagem, mostrando a riqueza e a legitimidade nas várias vozes que compõem os produtos híbridos devem ser destacadas, pois depende do uso e das apropriações realizadas por cada um (o ouvinte pode escutar a Bíblia interpretada e enxergar a tentativa de domínio e manipulação, se possui referenciais culturais desses recursos). É o que Bakhtin chama de heteroglossia, em que um mesmo discurso pode ser avaliado como de denúncia daquela voz que fala ou discurso neutro, com a naturalização da ideologia e controle imposto. Assim, como Bakhtin alerta, a “leitura pode libertar ou oprimir”, dependendo dos usos realizados.

4. Conclusão

Num caminho de transposição da linguagem e retroalimentação dos processos de escrita e leitura, o artigo se cumpriu a avaliar por trás de um discurso as instâncias concomitantes da ideologia e contexto histórico, assim como a sagacidade e experiência de vida na interpretação da mensagem. Numa vertente dos círculos bakhtinianos, abordou camadas variadas e níveis de entrecruzamento de diversas vozes e plurilinguismo dos textos que podem ser captados ou não nas formas de apropriação, carregadas de subjetividade.

Com os produtos analisados, nota-se que o objeto de incentivo à leitura não é o livro impresso e sim a emergência e concomitância de produtos híbridos que funcionam como mais uma forma de acesso à informação, outra maneira de saber, nem por isso menos amalgamada em instâncias hierárquicas, em interesse da manutenção do poder.

Mas, ao mesmo tempo, adota-se uma postura aberta, da filosofia do ato de que ler é tentar entender, recriando as circunstâncias em que o livro foi pensado e escrito; é adentrar pelas possibilidades culturais da época; é comparar a sociedade em que o livro foi escrito

com aquela em que ele é lido; é construir um mundo imaginário equivalente àquele em que habitou o escritor antes, durante e depois da escrita. E tudo isto constitui o tema deste grande enunciado que é um livro. Se não o alcançarmos, a leitura se frustra e se torna um exercício maçante de decodificação de palavra.

5. Referências bibliográficas

- AMORIM, Galeno (org). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. [Volochinov]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Problemas na poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- _____. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Cultura erudita e cultura popular na Itália renascentista, In: BURKE, P. **Variedades de história cultural**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 177-193.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **O grau zero da escritura**. Trad. Anne Arnichand e Alvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. Lisboa, DIFEL, 1989.
- _____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2 ed. rev. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel, 1988.
- _____. CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, n.16, p. 179-192, 1995.
- _____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999. (1ª reimpressão da edição de 1998).
- DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia" 1775-1800** Trad. Laura Teixeira Motta, Maria Lucia Machado (textos franceses). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dez. 1970. Trad. Laura Fraga. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- _____. **Tempo e narrativa**. v. 2. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Anotações do Curso **Teoria da Linguagem e Estudos Culturais**, baseado em Bakhtin, ministrado pela Profa. Dra. Ana Paula Goulart. Doutorado ECO/ UFRJ, Linha Mídia e Mediações Socioculturais. 2 sem 2012.
- SENNET, Richard. O talento e o fantasma da inutilidade. In: **A Cultura do novo capitalismo**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.